

A EDUCAÇÃO PORTUGUESA DURANTE O ESTADO NOVO (1933-1974): UMA VISÃO DE SÍNTESE

PORTUGUESE EDUCATION DURING THE ESTADO NOVO REGIME (1933 – 1974): A SYNTHESIS VIEW

Carlos Alberto Magalhães Gomes Mota¹

Resumo

Este texto trata a Educação durante o Estado Novo em Portugal. É um trabalho essencialmente vocacionado para a divulgação. O Estado Novo começa, oficialmente, em Portugal, com a adoção da Constituição de 1933. Por vezes confunde-se "Estado Novo" com "Salazarismo", mas, sobretudo em termos jurídicos, não são sinónimos. Em 1926, um golpe militar derrubou a I República portuguesa (que durou de 1910 até esse ano). Salazar foi Ministro das Finanças entre 1928 e 1932, tornando-se lentamente uma pessoa muito influente nos meios governamentais portugueses. Foi Presidente do Conselho de Ministros de 1932 a 1968. Assim, se, normalmente, em Portugal, fala-se em "48 anos de ditadura" – que vão de 1926 a 1974 –, o tempo durante o qual Salazar foi o que atualmente chamamos Primeiro Ministro foi menor – 36 anos, enquadrando-se, porém, no período ditatorial. Como veremos no desenvolvimento deste texto, o Salazarismo pode ser considerado um tipo de Fascismo. Note-se que, embora importante, não é objetivo deste trabalho proceder a uma análise exaustiva dessa questão. Foi, sem dúvida, um regime de direita, com censura à imprensa, polícia política, prisões políticas e partido único. A Educação, no Salazarismo, tentou "enquadrar" os portugueses, isto é, condicioná-los pela doutrinação política na Escola. Assim, o Salazarismo praticou "Educação" — inculcação de valores e não apenas instrução —, o ensino de métodos, técnicas e práticas científicas. O regime evoluiu e o seu sistema educativo, como veremos, também. Note-se que a partir dos anos 60 do século XX, os próprios estudantes — sobretudo os do ensino superior — começaram a se rebelar contra o governo, principalmente depois da eclosão das guerras no "Ultramar Português" – Angola, em 1961; Guiné-Bissau, em 1963; Moçambique, em 1964. A realização mais positiva do Estado Novo, a nível educativo, terá sido a Telescola, que levou instrução à distância com eficácia. Essa instrução, no entanto, abrangia apenas os primeiros 6 anos de escolaridade. Como nota Accornero, "os estudantes [do Ensino Superior] terem chegado a representar, na vigília da revolução, a categoria social mais atingida pela repressão, sendo estudantes quase a metade dos presos políticos de 1973 e dos primeiros quatro meses de 1974. O ano de 1973 e os primeiros meses de 1974 representam também o momento, desde 1956, em que se contam em absoluto mais estudantes presos pela polícia política (Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção--Geral de Segurança, pida/dgs)".

Palavras-Chave: Estado Novo. Salazarismo. Educação. Ditadura. Evolução.

¹ Doutorando em Ciências da Educação – Universidade São Tiago de Compostela – Espanha; Doutorado em História – Universidade do Porto – Portugal (UTAD). E-mail: cmota@utad.pt

Abstract

This paper aims at improving our understanding of education during the period of time known as Estado Novo – New State –, in Portugal. Officially, The Estado Novo Regime initiates with the adoption of the 1933 Constitution. It could be interesting to bear in mind that Estado Novo and Salazarismo are not similar terms. They are not synonyms in legal aspects. A military coup put to an end to the Portuguese First Republic in 1926 (the political system established in 1910 endured until about 1926). Salazar was the Ministry of the Economy between the years of 1928 and 1932, and therefore became a very important person among government officials. He was President of the Council of Ministers between 1932 to 1968. It is known that Portugal has experienced 48 years of dictatorship – (1926– 1974). Along the same line of thought, the period of time during which Salazar performed the functions of what we call Prime Minister was shorter than that of the dictatorial period. It seems to be clear that Salazar ruled during the dictatorship in Portugal. As we will see throughout our studies, Salazarism can be considered a kind of Facism. Although important, this article does not purport to be an exhaustive analysis of such issues. The regime was no doubt a right-wing dictatorship that included press censorship as well as political police, and a single-party system. The question of education during Salazarism gained, under this view, a different dimension by means of a school’s political doctrine. Salazarism motivated “Education” – inculcation of values, not only instruction – teaching of methods, techniques and scientific practices. As we will see, the regime evolved together with its education system. It worths noting that from the sixties of the twentieth century, the students themselves – mainly university students – have started rebelling against government after the outbreak of following wars: Portuguese Overseas; Angola, in 1961; Guinea-Bissau, in 1963; and Mozambique, in 1964. Tele-school can be considered the most remarkable achievement during the New State period in educational terms by introducing distance learning effectively. That modality of teaching was limited to the six first educational stages. According to Accomero, university students represented, in the wake of the revolution, the ones who mostly suffered the consequences. Those students represented almost nearly half of the amount of political prisoners of the year of 1973 and of the four first months of 1974. The year of 1973 and the first four months of 1974 represent the time during which it is possible to count the greatest number of political prisoners by political police (Defense of the State and International Police – General Director of Public Security)

Keywords: *Estado Novo. Salazarism. Education. Dictatorship. Evolution.*

INTRODUÇÃO

Procuramos fornecer ao leitor uma visão global e de síntese sobre a educação em Portugal durante o Estado Novo. Não se pretende mais do que produzir uma abordagem de iniciação ao tema. Existem em Portugal vários autores de referência nessa área; alguns estão aqui citados. Porém este modesto trabalho não pretende "descobrir" algo novo. Talvez se o pretendesse tivesse sérias dificuldades, pois, em História, mesmo numa “História Interna”, como é o caso da História da Educação, não se descobrem novas informações com facilidade.

Pretendeu-se fazer uma “resenha” referente à educação durante o Estado Novo, sempre com a consciência de que o tema é vasto e o nosso saber é curto, bem como o fato de compreender que nenhum texto esgota aquilo de que fala.

Em 28 de maio de 1926, um golpe de estado dirigido por militares derrubou a Primeira República Portuguesa, que durou de 5 de outubro de 1910 até o referido golpe. Os militares criaram o que foi designado por Ditadura Militar. Em 1928, o general Óscar Carmona foi eleito presidente da república, iniciando a Ditadura Nacional que irá até a publicação da Constituição de 1933.

Oliveira Salazar tornou-se gradualmente o guia do movimento de direita portuguesa. Seria o Chefe do Governo português de 1932 a 1968. Neste texto, tenta-se analisar este regime político, bem como algo das suas raízes. Consideramos que a História, como Ciência Humana e Social, está sujeita a interpretações. O regime que veio a ser conhecido por "Salazarismo" durou muitos anos e foi evoluindo. Toda a realidade é mudança. Vemos as mudanças nos sistemas, mas sem delas percebermos.

Assim, tentaremos ver esta realidade política e as suas mudanças. O Salazarismo foi se adaptando, mas provavelmente tal "comportamento" dos regimes políticos – a adaptação a novas realidades – sucede sempre.

SALAZARISMO E ESTADO NOVO – TRAÇOS GERAIS

Como sugiro: a designação Estado Novo e a expressão Salazarismo são muitas vezes tomadas praticamente como sinônimas.

Esclareceu-se que isso não é rigoroso, mas, ao mesmo tempo, o Salazarismo, também muitas vezes designado como Fascismo (em Portugal), tornou-se de fato muito próximo da designação oficial Estado Novo.

Isso se deve à importância de António de Oliveira Salazar na sua construção política e também por Salazar ter permanecido muitos anos no poder. Note-se, como curiosidade, que o volume 7 da História de Portugal, dirigida por José Mattoso e coordenada por Fernando Rosas, publicado pela Editorial Estampa, depois da reprodução de um óleo que retrata Salazar, tem o título "O Estado Novo". No capítulo *Saber Durar (1926-1949)*, o autor, Fernando Rosas (1996, p. 168-169) fala do salazarismo, dizendo que:

Toda a arte de Salazar [...] se pode resumir [...] [na] capacidade de saber liderar [...] O salazarismo surge-nos assim, como um compromisso entre as várias correntes políticas da direita [...] a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República [...].

A questão de saber se o Salazarismo foi um tipo de Fascismo é importante em termos epistemológicos ao nível da análise histórica. Podemos considerar que os regimes de direita, conservadores nos costumes, partidários da disciplina, autoridade do "Chefe", antidemocráticos, sem liberdade de expressão de pensamento e de partido único, são, em geral, fascistas ou afins. No início do século XX, depois da Primeira Grande Guerra, deu-se um grande avanço desse tipo de ideologia. Esse fato verificou-se na Itália (pátria do Fascismo de Mussolini), que exerceu enorme fascínio pessoal sobre Hitler, na Alemanha. O Fascismo é uma doutrina totalitária desenvolvida por Benito Mussolini, na Itália, a partir de 1919 e durante os seus governos (1922-1943 e 1943-1945). A palavra fascismo deriva de *fascio*, nome de grupos políticos ou de militância que surgiram na Itália entre fins do século XIX e começo do século XX; mas também de *fascēs*, que nos tempos do Império Romano era um símbolo dos

magistrados: um machado cujo cabo era rodeado de varas, simbolizando o poder do Estado e a unidade do povo. Mussolini pretendia tornar a Itália um novo Império Romano, mas a “sua” Itália foi apenas uma potência regional. Hitler, grande admirador de Mussolini, criou o nazismo, que podemos considerar um “ultrafascismo”. No nazismo, para além dos traços fascistas, encontramos a ideia do assassinato de pessoas, quer por serem portadoras de doenças, por terem certas crenças religiosas (Testemunhas de Jeová ou Judaísmo), ou por pertencerem aos “sub-humanos” – ideia fulcral do racismo nazi, que englobava todos os povos do mundo não “arianos”. Esse regime produziu a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. O Franquismo – na Espanha – foi um regime militarista e fascizante, nascido com a ajuda da Itália fascista e da Alemanha nazi. Sanguinário, Franco conduziu uma revolta militar que desembocou na Guerra Civil da Espanha, que venceu. Portugal viveu uma experiência política muito curiosa em termos de classificação (com importância especial para nós). Na sequência da implantação da República (em 5 de outubro de 1910), o regime democrático republicano foi incapaz de assegurar ordem social ou progresso. Salazar emerge a partir do golpe militar de 28 de maio de 1926. Constituiu um regime a que chama “Corporativo”. Faz do Presidente da República uma figura decorativa. Considera Portugal uno e indivisível do Minho a Timor. Aproxima-se de setores conservadores católicos e monárquicos. Cedo explica a eles que não restaura a monarquia. Cria-se a polícia política, pratica-se o desterro de opositores, a censura à imprensa, instala-se o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Salazar não pareceu ter grande apreço pelo envolvimento pessoal com multidões, tinha uma voz desagradável² e quis ordem nas ruas e paz nos espíritos. O seu regime foi, no essencial, um ruralismo, com elevadas taxas de analfabetismo e pobreza. O futebol, a religião católica e o alcoolismo serviram de escape a grande parte da população. Salazar exerceu o poder de forma autoritária entre 1932 e 1968. O “salazarismo sem Salazar”, já com Marcelo Caetano no poder, foi derrubado em 1974. Depois de 25 de abril de 1974, o termo “Fascismo” para designar o salazarismo foi amplamente usado, tendo sido criada a Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, em 1978. Acrescenta-se que Salazar pode ser considerado o criador de um “Fascismo Fraco”, diferente do franquismo (muito mais repressivo) e também diferente do regime de Mussolini ou do Nazismo. O problema do salazarismo foi ter moldado os portugueses contemporâneos, habituando-os à onipotência do Estado, à falta de capacidade crítica, à falta de consciência cívica, à ausência de espírito associativo (MOTA,

2 Veja-se, por exemplo, o discurso reproduzido em <https://www.youtube.com/watch?v=drCXCpE93G8>.

2010). De qualquer modo, essas considerações aplicam-se mais à primeira fase do regime de Salazar, que se foi adaptando nomeadamente em função da conjuntura internacional. O regime salazarista esteve muito mais próximo do Fascismo nos anos de 1930 a 1940 do que mais tarde, até pela derrota do Eixo em 1945. Fernando Rosas considera que o salazarismo teve quatro fontes essenciais. Rosas (1996) considera o catolicismo social, o corporativismo, o antiparlamentarismo, o anticomunismo, a defesa dos interesses da Igreja. Salazar era "admirador confesso da sociedade medieval, invejava-lhe o sentimento profundo da ordem: nos espíritos, em cada profissão, no cômputo geral" (MENEZES, 2018, p. 56). Fernando Rosas aproxima o Estado Novo/Salazarismo do Fascismo³. Na realidade, globalmente, o Salazarismo terá sido mais um regime essencialmente conservador e antiprogresso, um regime autoritário. É essencialmente o que defende António Costa Pinto. Os exemplos de Fascismo sugerem sempre a agressividade, conquista, enquanto o Estado Novo português⁴ faz pensar na defesa, no imobilismo, na manutenção estrita do que se tem – caso do Império Colonial. Durante muito tempo, sensivelmente desde as suas origens, em 1926, passando pela sua edificação oficial em 1933, até ao final da Segunda Guerra Mundial (em 1945), Portugal assemelhou-se, na Europa, a uma "antipartícula" da Albânia. Claro que não existem situações iguais e a Albânia nunca esteve presente noutros continentes. Porém o carácter fechado do seu regime, o seu isolamento, dimensão e obstinação aproximam a Albânia "comunista" do Portugal de Salazar. Com uma grande diferença, que se revela quando visto com atenção: o Estado Novo exerceu sempre uma repressão seletiva, utilizou o sistema educativo, a censura à imprensa e a propaganda para condicionar as mentes, embora também usasse as Polícias e as Forças Armadas para reprimir a oposição. De resto, é precisamente o carácter seletivo da repressão em Portugal que distancia esse regime dos totalitarismos. Salazar não pensava que o Estado devesse ser um "Todo"; não quis o desenvolvimento de um totalitarismo que, realmente, Portugal não viveu. Parece, no entanto, mais útil do que a "catalogação" do regime político a sua caracterização. É verdade que se tratou de um regime autoritário, temeroso do progresso industrial, defensor de um ruralismo pobre, repressivo, utilizador da censura à imprensa, da

3 Fernando Rosas aproxima o Salazarismo de Fascismo, sobretudo na sua fase inicial.

4 Também existiu um Estado Novo no Brasil. Foi um regime político instaurado por Getúlio Vargas, que durou de 10 de novembro de 1937 até 31 de janeiro de 1946. A centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo foram os seus traços essenciais.

polícia política e da proibição da liberdade de imprensa. Não foi especialmente violento na aparência⁵, mas praticou deliberadamente o condicionamento das mentalidades, uma alienação primária, com recurso ao vinho como adormecedor social e ao apoio da Igreja Católica como parte do aparelho ideológico. O Estado Novo/Salazarismo não foi um regime de terror generalizado, mas foi um regime de medo. Medo da autoridade, respeito absoluto da hierarquia, medo de falar livremente. A existência da polícia política e de uma rede de informadores em escala territorial mantiveram tal estado de espírito. O regime em grande parte concebido por Salazar durou de 1926 a 1974 – 48 anos.

Em 1928, António de Oliveira Salazar assumiu o cargo de Ministro das Finanças, depois de lhe ter sido garantido que fiscalizaria as despesas e as receitas de todos os ministérios. O seu governo seria longo e não correspondeu a um “fascismo de cátedra”. Salazar nunca se terá doutorado, tendo passado a catedrático da Universidade de Coimbra devido a um procedimento administrativo, baseado em legislação da Primeira República.

Em 1929, conseguiu o equilíbrio orçamental, evitando a bancarrota. Em 1932, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros (Chefe do Governo), cargo que manteve durante 36 anos (até 1968). Salazar tornou-se o único chefe da Nação governando em ditadura. Proibiu a existência de partidos políticos e criou a União Nacional, que era apoiante do seu regime. A União Nacional não tinha grande atividade, nem Salazar queria que tivesse. Proibiu o direito à greve e os sindicatos passaram a ser controlados pelo governo. Reorganizou a comissão de censura prévia, que “cortava” o que não devia ser divulgado nos jornais, livros, revistas, filmes, peças de teatro e outros espetáculos. Criou a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) que, em 1945, passou a chamar-se Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Esta polícia vigiava, perseguia, prendia e torturava os que se atreviam a criticar a política de Salazar. Criou a Legião Portuguesa, uma organização militarizada que defendia o regime contra a “ameaça comunista”. Organizou um sistema de propaganda ao Estado Novo, que através de jornais, rádio, televisão, cartazes e livros mentalizavam a população para as vantagens do regime. No ensino, utilizavam-se livros obrigatórios (o chamado “livro único”) lecionados nas escolas do então Portugal continental (ou Metrópole) a Timor-Leste. Os livros escolares defendiam os ideais salazaristas como “Deus, Pátria e Família”. Funda a Mocidade

5 Houve, note-se, violência física com assassinatos e desterros. Também se verificaram expulsões do funcionalismo público de pessoas tidas como opositoristas.

Portuguesa, criada pelo Decreto-Lei nº 26.611, de 19 de maio de 1936, à qual tinham de pertencer todos os jovens a partir dos sete anos para o desenvolvimento do espírito de obediência ao Estado Novo e o culto dos deveres militares. Pretendia provar ao mundo que Portugal retomara a glória de épocas passadas, organizando-se conferências, congressos, cortejos históricos, exposições e comemorações que culminaram com o duplo centenário da Fundação e Restauração de Portugal – foi paradigmática a Exposição do Mundo Português, em 1940, em Lisboa.

Em 1968, Salazar teve uma queda e adoeceu gravemente. O Presidente da República, Américo Tomás, nomeou Marcelo Caetano para o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. No início, nasceu uma esperança, o novo governo parecia querer mudar de política, porém logo deu continuidade ao salazarismo: manteve a guerra colonial e perseguiu a oposição.

O regime recusou (mesmo já com Marcelo Caetano) a independência às colônias, que eram consideradas províncias ultramarinas, mantendo a Guerra Colonial, que durou 13 anos (1961-1974).

No campo educativo, registaram-se as diferenças.

As grandes mudanças só se darão a partir da década de 60, verificando-se um esforço no sentido de democratização do ensino e um maior investimento nesta área. A reforma do ensino de Veiga Simão, já sob o governo de Marcelo Caetano, representou uma última tentativa do regime nacionalista, no sentido de uma alteração global das orientações educativas. O último Ministro da Educação do período do Estado Novo revelava um pensamento completamente contrário aos princípios básicos da educação do regime, questionando a compartimentação, o realismo pragmático, a centralização administrativa e a desvalorização das bases do professorado (ROSAS, 1996, p. 289).

A EDUCAÇÃO PORTUGUESA DURANTE O ESTADO NOVO

A educação portuguesa, no que podemos chamar Estado Novo e seus rápidos antecedentes, começou por visar a destruição da Escola Republicana. Segundo alguns autores, Salazar queria criar um “homem novo”, seguindo o exemplo de Mussolini.

Em Portugal, o Estado Novo, ao começo surge timidamente sem nome, procurando criar as sólidas bases, que lhe permitam de diferenciar-se do “caos” da I República Portuguesa. Salazar, o qual vê nos sólidos valores da tradição a Renovação Moral do País, interpreta o conceito de Homem Novo, orgulhoso e nostálgico das fabulosas descobertas do Império Português, na moldura do cidadão obediente ao Chefe, funcional ao imobilismo da sociedade e à preservação do elitismo de governo. A salvaguarda da “Raça” Lusitana pode acontecer apenas por meio de um Homem Novo civilizado e civilizador, um ato de fé patriótica completamente entregue ao sentido de colaboração cívica da Pátria. Um bem cumprir apresentado, por Salazar, como uma Lição Moral de participação cívica e ao mesmo tempo espiritual, ao Bem Comum da Nação Portuguesa. (TESSADORI, 2014, p. 3).

As primeiras medidas foram tomadas na ditadura militar e procuraram dismantlar a escola republicana. Visavam edificar a escola nacionalista, assente na diferença entre educação e instrução. Recorre-se aqui à distinção clássica de Robert Dottrens. Educar é transmitir conhecimentos e valores (ou contravalores) – caso da Educação do Estado Novo; instruir é transmitir conhecimentos sem inculcar valores, algo em que o Estado Novo não estava interessado. O objetivo era a formação de consciências e a integração na ordem social, pela inculcação ideológica e doutrinação moral. No tempo da I República, pensadores diversos teorizaram sobre a Educação, não querendo uma mera instrução.

António Sérgio fez parte de um escol intelectual que, defendendo o ressurgimento nacional, se apoiou numa análise dos problemas culto-mentais da sociedade portuguesa, considerando que seria pela ultrapassagem das ancestrais obstruções de mentalidade que nos agarravam a formas de vassalagem arcaicas e inadaptadas ao seu tempo. (PROENÇA, 2014, p. 29).

No Estado Novo, a Educação não servia como ascensor social: o ensino era limitado às bases da aprendizagem: ler, escrever e contar.

Em 1928, determina-se o fim das escolas normais de Coimbra, Braga e Ponta Delgada. Em 1930, dá-se o encerramento das Escolas Normais Superiores. Em 1931, as escolas normais primárias passam a "escolas do magistério primário". Mas, em 1936, são suspensas as escolas do magistério primário. Criam-se "postos escolares" com "regentes", pessoas em grande parte despreparadas, mas da confiança política do regime. O casamento das professoras tem de ser autorizado pelo Ministro da Educação Nacional. O pretendente tem de comprovar ter rendimentos "compatíveis" com os da professora. Trata-se de um eufemismo para afirmar que o marido seria capaz de sustentar a esposa (professora), pois o salário dela era muito baixo. O Decreto-Lei 27.279, de 24 de novembro de 1936, consagra os postos escolares como "forma embrionária da escola elementar. Regido por quem possua idoneidade comprovada, na falta de um diploma tantas vezes só decorativo, o posto escolar será a escola aconchegada da terra pequenina." (PORTUGAL, 1936). Pratica-se a separação de sexos nas escolas. Entretanto as "regentes escolares" chegaram a somar o número de 6.700 regentes. É óbvio que Salazar queria um povo obediente, trabalhador e ignorante. Em 1937, foi extinta a Educação de Infância. Com o Ministro Carneiro Pacheco, publica-se a Lei 1941, de abril de 1936 (Lei de Bases da Educação do Estado Novo). "Um lugar para cada um e cada um no seu lugar" era uma das frases preferidas de António Carneiro Pacheco, ministro da Educação Nacional de Salazar. Manter classes sociais estanques sem mobilidade profissional, social e política era um dos objetivos "educativos" dessa fase do regime. Para Salazar, o filho do agricultor devia aspirar vir a ser agricultor. Esta "fase" dura até a segunda metade da década de 1940. A escola salazarista reaproxima a Igreja, o já referido "livro único", e reduz a visão do mundo, pois a redução da escolaridade diminui os horizontes, mesmo dos que a frequentam. A obra "educativa" – é verdade que não é só a escola que educa – continua com a criação da

Mocidade Portuguesa da Obra das mães pela Educação Nacional, para colaborar com o Estado. Há discursos de políticos ou de pessoas conotadas com o regime que são esclarecedores:

Importa pôr fim a esta superprodução legal de forças intelectuais porque dá origem a esta multidão de semiproletários, uns saídos da massa operária e que jamais se tornarão burgueses, outros vindos do alto e que nunca se resignarão à sorte de simples trabalhadores, todos profundamente isolados e inclinados à revolta [...]. Será indispensável moderar as aspirações desrazoáveis que impregnam o espírito dos pobres e dos humildes, será preciso destruir essa grande ilusão de que a cultura dá infalivelmente riqueza e poder.” Para que este papel da Escola fosse cumprido, importava moderar, por um lado os investimentos na quantidade e na qualidade de ensino (sobretudo enquanto se entendesse existirem outras opções mais racionais e necessárias), mas também ideologizar os frequentadores para evitar as reivindicações sociais, profissionais ou económicas que, tendo por base uma maior escolarização, pudessem pôr em risco o equilíbrio do regime (ALVES, 2012, p. 76).

O Estado Novo procurou enquadrar a Escola Portuguesa no sentido de retirar dos alunos o espírito crítico, inculcar a obediência à hierarquia. Numa palavra, educou para a submissão. Houve transformações neste “sistema”, normalmente por força de acontecimentos ocorridos fora das fronteiras portuguesas. Dentro dessas fronteiras, os que tinham veleidades de valorizar socialmente o professorado, modernizar o sistema educativo (em termos administrativos ou de introdução de novas metodologias) foram afastados.

Na década de 30 assiste-se a uma progressiva diminuição do movimento de inovação pedagógica. O Estado Novo procurará silenciar os mentores e as instituições onde as ideias mais tinham germinado (por exemplo, nas Escolas Normais). O afastamento de Adolfo Lima, o exílio de António Sérgio, as pressões sobre Faria de Vasconcelos e a prisão de Álvaro Viana de Lemos desferem golpes irreparáveis sobre o movimento [de inovação pedagógica] (ALVES, 2012, p. 73).

Mas o regime já não poderia ficar indiferente aos acontecimentos internacionais, nomeadamente o desfecho da Segunda Guerra Mundial, que deu a vitória aos Aliados. A queda dos regimes do Eixo teria mesmo que suceder; países antes vistos como “amigos” do governo português, como a Itália, mudaram muito, transformando-se em democracias parlamentares, o mesmo sucedendo com a Alemanha (entretanto repartida numa zona de influência ocidental e outra soviética). As Nações Unidas não simpatizavam com o regime colonial português e começaram a condenar o colonialismo.

Por outro lado, homens afetos ao regime foram discordando do atraso cultural geral que prejudicava o comércio, a agricultura, a indústria – numa palavra – os negócios.

Em 1948,

A legislação [...] previa planos de construção de edifícios para o ensino técnico, não só para resolver as situações degradantes existentes e devidamente inventariadas, mas sobretudo para responder à pressão do aumento de alunos. Apesar dos desejos, só a partir de 1950, a dotação orçamental permite garantir a execução do plano. Em fevereiro de 1950, é inaugurada a primeira escola criada no âmbito da reforma, a

Escola Industrial e Comercial de Beja, mas em edifício cedido pela Câmara Municipal. Em janeiro de 1951, é inaugurada, com a presença do Presidente da República (Óscar Carmona), a primeira escola técnica em edifício construído expressamente para esse fim, a Escola Eugénio dos Santos em Lisboa. Em 1957, o total de escolas construídas era de 17 e, no ano seguinte, ficaram concluídas mais 11, todas se beneficiando da aprovação do I Plano de Fomento e dos 200.000 contos aí atribuídos para esse fim. Em 1960, eram já 37 as escolas construídas. A eclosão da guerra colonial, em 1961, travou o plano de construções previstos, que apontava para a necessidade de se construírem 90 edifícios até ao final da década de 60, ficando-se pelos 64. Apesar desse entrave, em 1970, havia já 120 estabelecimentos oficiais (incluindo as seções instaladas em localidades diferentes da escola sede) em 101 concelhos, quando em 1945 havia 56 em 38 concelhos, e a sua frequência entre 1945 e 1970 tinha quase triplicado (ALVES, 2012, p. 64).

Note-se que o eclodir da guerra colonial em três frentes – Angola, em 1961; Guiné-Bissau, em 1963; Moçambique, em 1964 – levou o governo português a deslocar quantias cada vez maiores de dinheiro para o equipamento, transporte, alojamento, saúde e salários dos militares, o que, naturalmente, produziu carências noutros campos, como o da educação.

Uma orientação algo inovadora para a educação começara depois de 1945.

A partir de 1950 nota-se um esforço para ultrapassar os graves problemas em matéria de educação e formação profissional, pelo menos em termos quantitativos, estando este problema presente nos Planos de Fomento, em especial no que dizia respeito ao ensino primário e secundário. O ensino superior, apesar de alguma intervenção, só se irá generalizar após a revolução do 25 de Abril. Como nos esclarece João César das Neves, apesar de os indicadores revelarem uma evolução estável e de se verificar uma maior prioridade dada à educação, estes pecavam por esconder a fraca qualidade do ensino (CAMPOS, 2011, p. 8).

Assim, foi com naturalidade que

O final da década de 40 e a seguinte, é um período marcado pelo 'inevitável acompanhamento das realidades' com as necessárias reformas ao nível do ensino liceal e técnico, com o objetivo de garantirem uma melhor qualificação da mão de obra necessária ao ligeiro surto industrial e com a entrada da planificação na área educativa, fruto, tanto dos indicadores internacionais que nos relegam para posições vergonhosas, como do papel dos engenheiros – como Leite Pinto, por exemplo – no Ministério da Educação [...] (ALVES, 2012, p. 77).

Segundo Carvalho (1986, p. 795), "Em 1959 é Leite Pinto quem dá o primeiro passo no sentido de vir a tornar-se possível a inserção da escola portuguesa no moderno esquema de correlação entre o Ensino e a Economia."

Na década de 1950, existiam ainda cerca de 40% de analfabetos. Em 1955, o Ministro da Educação Leite Pinto falou do atraso de Portugal, o que pode parecer impossível no quadro de uma ditadura obscurantista liderada por um homem que sabia muito bem para onde queria ir. Mas tornara-se necessário ultrapassar o analfabetismo, realizar a expansão da oferta escolar.

"Nesta altura são dois os factos mais importantes que vão marcar as decisões na área educativa: em 1952 surge o Plano de Educação Popular para combater o analfabetismo e o I Plano de Fomento (1953 a 1958)." (MOREIRA; ALVES, 2016).

O Plano de Educação Popular foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 38.968, de 27 de outubro de 1952. O ministro Leite Pinto, em 1959, elabora um Plano de Fomento Cultural, mas, com falta de fundos, foi apresentá-lo noutros países, como Espanha, Itália, Iugoslávia, Grécia e Turquia, surgindo a partir dessas apresentações o *Projeto Regional do Mediterrâneo* (PRM). Em 1964, o *Projeto Regional do Mediterrâneo, Evolução da Estrutura Escolar Portuguesa (Metrópole)* faz o diagnóstico da situação educativa portuguesa e propõe mudanças necessárias a efetivar até 1975. Com base nesse projeto, mostram-se as baixas taxas de aproveitamento escolar e o baixo nível de escolaridade obrigatória, implicando as baixas taxas de sucesso educativo em Portugal. Mas, por outro lado, verifica-se a falta de pessoal especializado para os trabalhos propostos necessários ao desenvolvimento, e Portugal poderia continuar com baixo índice de competitividade face a outros países – mesmo os integrados no Projeto Regional do Mediterrâneo.

Perante esses indicadores, surgirá a ideia da implementação da Telescola em 1964. O ministro Galvão Teles cria, em 1964, o Centro de estudos de Pedagogia Audiovisual e depois o Instituto de Meios Audiovisuais de Ensino, e da Telescola, ambos do mesmo ano (CARVALHO, 1986).⁶

O Projeto Regional do Mediterrâneo teve, assim, como colaboradores, nos dois países, estudiosos das mais diversas áreas, desde a economia à demografia, passando pela pedagogia e educação. Em Portugal, os trabalhos foram iniciados logo após o despacho do Ministro da Educação Nacional Francisco Leite Pinto, de 21 de novembro de 1959, que confia o comando dos trabalhos do PRM português ao Prof. Alves Martins, diretor do Centro de Estudos de Estatística Económica do Instituto de Alta Cultura. A equipe era composta pelos economistas António José Barata Alves Caetano, António Simões Lopes e Ludovico Morgado Cândido, especialista em História Económica (LEMOS, 2014).

⁶ "Decretos-Leis de 31-XII-1964. Em 17-II-1965 foi legislada a Telescola para adultos e em 10-II-1968, criado o Curso de Professores do Ciclo Preparatório na Telescola. O Instituto de Meios Audiovisuais foi reorganizado por decreto-lei de 14-IV-1969 pelo ministro José Hermano Saraiva."

Apesar [dos] problemas que prejudicavam o ensino em Portugal, há que reconhecer que houve alguns avanços no que diz respeito aos professores, como por exemplo, a paulatina feminização do corpo docente nos diferentes tipos de ensino. De facto, desde 1940 até 1970, as taxas de feminização do professorado subiram gradualmente: no ensino primário de 76% para 87% nos anos 70 e no ensino liceal de 33% para 56% (NÓVOA, 1992, p. 501).

Chegados a 1970, assistimos a uma nítida subida do número de alfabetos, ou seja, aqueles que sabem ler e escrever: nas camadas mais jovens a chegar aos 99% (faixa etária dos 10-14 anos), 97% na dos 15-19 anos e 96% na faixa etária dos 20-24 anos. Estes números foram considerados satisfatórios para o regime e fruto dos seus investimentos, em particular no Plano de Educação Popular dos anos de 1950 e nas campanhas de alfabetização inseridas nesse Plano. Quanto ao género nestas três faixas etárias, vê-se que na dos 10-14 anos e na dos 15-19 ambos os géneros estão em pé de igualdade (99% e 97% respetivamente), fruto da implementação das iniciativas atrás referidas. Porém, nas camadas mais idosas, a percentagem de alfabetos continua aquém do esperado a rondar os 47% e os 52% (PAZ; ROCHA, 2004, p. 202).

O que foi a Telescola? Traduziu-se num fracasso, ou foi um êxito?

Desde a sua criação e até a sua extinção, a Telescola foi, naturalmente, alterando-se, moldando-se e passando por três fases/designações diferentes:

- Curso Unificado da Telescola – CUT;
- Ciclo Preparatório TV – CPTV;
- Ensino Básico Mediatizado – EBM.

CUT (1965/68)

A partir de 1965, a escolaridade obrigatória ficou assegurada por três vias diferentes: pelo Ciclo Complementar do Ensino Primário, pelos Ciclos Iniciais dos Ensinos Liceal e Técnico e pelo CUT, sendo que os currículos desses últimos dois eram muito semelhantes. A Portaria nº 21.113, de 17 de fevereiro de 1965, determinava que na Telescola fosse ministrado um curso, a seguir em postos de recepção, formado pelas disciplinas que constituíam o ciclo preparatório do ensino técnico profissional, acrescido de Francês. Neste mesmo dia, na Portaria nº 21.114 surgia a informação de que a rádio escolar, como forma de apoio ao ensino primário, passava a estar a cargo da telescola.

É a Portaria nº 21.358, de 26 de junho de 1965, que estabelece a designação de CUT. O ano letivo de 1965/66 foi o primeiro em que o CUT funcionou.

A Portaria nº 22.113, de 12 de julho de 1966, regulamentou a matrícula, frequência e aproveitamento no curso. Introduziu alterações no regime do Curso Unificado da Telescola, instituído pela Portaria nº 21.113, de harmonia com o disposto nos Decretos-Lei 46.135 e 46.136, de 31 dezembro de 1964.

Hoje, sabe-se que a Telescola foi um êxito. Quando Galvão Telles (1963) afirmou:

Falei há pouco num universo sedutor de ideias, de formas, de realizações que despertam e sollicitam as nossas faculdades imaginativas e criadoras, como vasto repositório de soluções a tentar, de caminhos a percorrer, de modalidades ou processos a experimentar, nesta insofrida ânsia de tornar sempre mais perfeita a ação educativa.

A esse universo rico e complexo pertencem, entre tantas outras formas, os chamados “meios audiovisuais” como veículos ou auxiliares da docência. O som e a imagem ao serviço do ensino – eis uma nova realidade que o avanço da técnica vem possibilitando. “A ação educativa torna-se mais extensa, mais profunda, mais eficaz, se utilizarmos como adjuvante de expressão a imagem e o som, com todo o seu imenso poder de sugestão sobre os espíritos.” (TELLES, 1963, p. 5-6). Não sabia o Ministro quão verdadeiras eram as suas palavras. Hoje ninguém se lembra de apenas escrever no quadro. Imensos docentes de múltiplas áreas usam documentários ou mesmo filmes. O movimento, a cor, o som, tudo são estímulos para captar a atenção. Embora agora existam meios informáticos, como o PowerPoint, estamos utilizando algo que capta muito mais a atenção do que seria capaz um retroprojetor, por exemplo. Uma imagem pode ser comentada, um filme pode ser repetido ou visto nos aspetos com mais interesse. Documentários educativos podem ser – recorrendo a um *pendrive* – copiados pelos alunos, que os verão em casa.

A Telescola foi estendida aos Açores e Madeira bem como a São Tomé e Príncipe. Graças a uma intensa preparação do material usado nas aulas, os estudantes ficavam bem preparados. O efeito social da Telescola foi igualmente notável. Imensas pessoas, já fora da idade escolar, viam a Telescola e aprendiam com ela. Videocassetes da Telescola foram usados nos Açores, Madeira e São Tomé e Príncipe.

A telescola, sistema de ensino via televisão, inaugurou em Portugal em 6 de janeiro de 1965, com programação produzida nos estúdios da Radiotelevisão Portuguesa do Monte da Virgem, no Porto. Os alunos eram acompanhados nos postos de recepção por monitores. A intenção era permitir o cumprimento aos alunos da escolaridade obrigatória, na altura constituída pelos quatro anos da Escola Primária e os dois do Ciclo Preparatório. Nessa época, havia cerca de mil alunos matriculados, mas toda a população tinha acesso através da televisão às emissões que ocupavam parte da programação da tarde da RTP. A telescola portuguesa foi uma das mais bem-sucedidas na Europa. No início da década de 70, a reforma do ensino ditou o alargamento da escolaridade obrigatória para oito anos. Nos casos em que não era possível proporcionar ensino direto aos alunos, ele podia ser substituído pela telescola. Na década de 80, com a chegada e vulgarização dos videogravadores, a telescola deixou de ser transmitida pela televisão, libertando, assim, essas horas para outros programas. Os conteúdos apresentados nos videocassetes tinham um complemento de informação prestado por um tutor.

Já na década de 90, o recurso às novas tecnologias e ao multimídia possibilitou que o ensino a distância passasse a funcionar em simultâneo, como forma complementar do ensino

regular e como modalidade alternativa da educação escolar. Nessa altura, já se dirigia principalmente a quem não se encontrasse na idade normal de frequência da escola.

Ao longo dos anos, a telescola foi mudando a sua designação do inicial Curso Unificado Telescola, para Ciclo Preparatório TV e Ensino Básico Mediatizado (EBM). Em julho de 2003, foi anunciado que a partir do ano letivo 2003/2004 iriam começar a ser extintas as escolas do EBM, na altura cerca de 320, dedicadas ao ensino do 5.º e 6.º anos. Em 2001/2002 havia cerca de 5200 alunos inscritos em EBM, com uma taxa de sucesso na ordem dos 90 por cento. (TELESCOLA, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem uma ideia de História não é possível compreender o presente e tentar perspetivar futuros. A História em geral, pode contribuir para estabelecer ligações entre Escola e Sociedade.

A História da Educação, ramo da História em sentido lato, deve igualmente contribuir para esta finalidade, indo mais longe no estudo da evolução da Educação, pois trata-se daquilo que designamos por "História Interna". Sendo a Educação um tema que remete para muitos outros, trata-se por isso de algo que deve ser estudado com rigor, evitando facilitismos no tratamento das questões educativas. Muitas pessoas julgam poder falar com certezas sobre os problemas (e as soluções das questões educativas). Trata-se de um enorme engano. Engano só possível porque são poucos os que se dedicam ao estudo da Educação (sob várias abordagens) não sendo de esquecer a desvalorização social que tem sofrido a classe docente. É muito difícil encontrar um leigo disposto a falar sobre eletricidade, construção de pontes ou medicina. É fácil encontrar pessoas com "diagnósticos" sobre os problemas que a Educação enfrenta, bem como os "remédios" para esses problemas. E, no entanto, a Educação envolve precisamente o estudo da eletricidade, da construção de pontes ou da medicina! Quanto mais estudamos questões educativas mais nos apercebemos de como é difícil resolver os problemas educativos, até pelo facto de eles estarem ligados a muitos outros problemas. (MOTA, 2003, p. 2).

Como vimos, os regimes políticos duradouros também permanecem porque sabem adaptar-se e evoluir, seguindo as suas necessidades. Toda a realidade (física ou humana) é mutável. Na realidade tudo muda, sob os nossos olhos, sem que nos apercebamos disso.

A Telescola foi, indiscutivelmente, uma fantástica realização. Isso explica que tenha continuado a existir, depois da queda do regime Salazar-Caetano, em 25 de abril de 1974. Pela telescola foram transmitidos conhecimentos a inúmeras pessoas, em Portugal, Madeira, Açores e São Tomé e Príncipe. O conjunto da população beneficiou-se da Telescola – não apenas as crianças. A sua criação e o seu êxito deveram-se a fatores diferentes. Vimos que o regime precisava alargar rapidamente a escolaridade, e a possibilidade de o fazer usando a televisão estatal terá sido o meio mais barato e eficaz. Em segundo lugar, o sucesso da Telescola deveu-se, em grande parte, ao empenho de quantos nela trabalharam, desde os estúdios do Monte da Virgem, aos monitores espalhados por um vasto território. Os professores costumam trabalhar com amor e afinho: foi o que fizeram.

Por último, saliente-se que nem tudo o que o Estado Novo fez foi negativo.

Uma das dificuldades das Ciências Humanas e Sociais reside neste ponto: a realidade não se apresenta em forma de 0 e 1 — ou a preto e branco — quando é analisada.

O historiador deve procurar ser neutro. O Estado Novo teve inúmeros aspectos negativos, mas seria pouco provável que um regime político que durou cerca de 48 anos nada tivesse produzido de positivo.

Como refere António Nóvoa (2005, p. 9),

[...] As coisas da educação discutem-se, quase sempre, a partir das mesmas dicotomias, das mesmas oposições, dos mesmos argumentos. Anos e anos a fio. Banalidades. Palavras gastas. Irritantemente óbvias, mas sempre repetidas como se fossem novidade. Uns anunciam o paraíso, outros o caos — a educação das novas gerações é sempre pior que a nossa. Será?! Muitas convicções e opiniões. Pouco estudo e quase nenhuma investigação. A certeza de conhecer e possuir «a solução» é o caminho mais curto para a ignorância. E não se pode acabar com isto?

Pensamos ter escrito um texto de divulgação sobre a educação portuguesa durante o "Estado Novo", não dirigido a especialistas, mas antes a quem procure uma introdução ao tema. Também tentamos, em poucas páginas, fornecer a visão de vários autores.

REFERÊNCIAS

ACORNERO, Guya. A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo. *Análise Social*, v. 208, n. xlviii (3.º), p. 572-591, 2013. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a04.pdf. Acesso em: 5 maio 2019.

ALVES, Luís Alberto Marques. *História da Educação uma introdução*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

ANTÓNIO de Oliveira Salazar. Encyclopædia Britannica. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Antonio-de-Oliveira-Salazar>. Acesso em: 3 maio 2019.

CAMPOS, Ana Maria Ferreira. *Novos Rumos da educação no Estado Novo: influência da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial no sistema de ensino português*. Gabinete de História Económica e Social - ISEG/UTL, 2011.

CARVALHO, Rómulo. *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986.

DR. ANTÓNIO de Oliveira Salazar — vídeos históricos. [2009]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=drCXCPe93G8>. Acesso em: 5 maio 2019.

LEMOS, Valter. *A OCDE e a mudança de paradigma nas políticas de educação em Portugal: O Projecto Regional do Mediterrâneo e a Reforma de Veiga Simão*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, 2014.

MENEZES, Filipe Ribeiro. Salazar e o Poder. *Visão História*, nº 48, agosto de 2018.

MOREIRA, Carla Luísa Santos; ALVES, Luís Alberto Marques. Telescola - um espaço mediático e inovador num contexto educativo cinzento. *Atas do XI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*, CITCEM, junho de 2016.

MOTA, Carlos A. M. G. *Breve História da Educação no Ocidente*. *Cadernos do Caos*, Porto, 2003.

- MOTA, Carlos. *Salazarismo, Fascismo e regimes políticos afins: breves notas*. 2010. Disponível em: <http://www.carlosmota.info/docs/fascismo.rtf>. Acesso em: 5 maio 2019.
- NÓVOA, António. A Educação Nacional (1930-1960). In: ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo* (“Nova História de Portugal”). v. 12. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- NÓVOA, António. *Evidentemente – Histórias de Educação*, Porto: ASA, 2005.
- PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia. *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX*. Os censos e as estatísticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- PORTUGAL. Decreto-Lei 27.279 de 24 de novembro de 1936. *Diário da República*, 1ª Série. Lisboa, 1963.
- PROENÇA, Maria Cândida. *O Pensamento Pedagógico Republicano*. Antologia. Lisboa: INCM, 2014.
- ROSAS, Fernando. Saber Durar. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. volume 7. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996. p. 168-169.
- TELESCOLA. In: *Artigos de apoio Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/štelescola> . Acesso em: 15 set. 2018.
- TELLES, I. G. *Televisão Educativa*. Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1963. Exposição feita pelo Ministro da Educação Nacional, Professor Inocêncio Galvão Telles, através da Radiotelevisão Portuguesa e da Emissora Nacional, no dia 12 de dezembro de 1963.
- TESSADORI, Pietro. *O Homem Novo do Fascismo italiano e do Estado Novo Português*. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa e Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, 2014.